

### 3

## O perfil dos professores da pesquisa SOCED em comparação com o contexto educacional brasileiro

*“Se uma pessoa ensina durante trinta anos, ela não faz simplesmente alguma coisa, ela faz também alguma coisa de si mesma: sua identidade carrega as marcas de sua própria atividade e uma boa parte de sua existência é caracterizada por sua atuação profissional, como também sua trajetória profissional estará marcada pela sua identidade e vida social, ou seja, com o passar do tempo, ela tornou-se – aos seus próprios olhos e aos olhos dos outros – um professor, com sua cultura, seu éthos, suas ideias, suas funções, seus interesses etc” (Tardif, 2000).*

O objetivo desse capítulo é traçar um perfil dos professores pesquisados, situando-os no contexto brasileiro (UNESCO 2004 e 2009) e levando em conta que os mesmos fazem parte de instituições públicas e privadas que alcançaram resultados acima da média em avaliações oficiais,

Tal perfil estrutura-se a partir de dados que incluem, além da formação escolar e profissional, aspectos de cunho individual e social: sexo; idade; cor/raça, experiência profissional, escolaridade e habilitação profissional.

Aliado aos outros fatores como, por exemplo, estratégias pedagógicas, o perfil dos professores poderá fornecer valiosos indícios que nos levem a entender por que as instituições pesquisadas alcançam resultados positivos dentro de suas redes de ensino.

Para tal, utilizamos como referências dois estudos realizados pela UNESCO (2004 e 2009) – Fundo das Nações Unidas para a Educação e Cultura – com base em levantamentos gerais das características do docente brasileiro feitos a partir de amostra de escolas das redes pública e privada do país, e também o Estudo exploratório sobre o professor brasileiro - com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007, (INEP/MEC).

### 3.1

#### Questões de gênero

Em nossa análise, mais uma vez a predominância da presença feminina no magistério, fenômeno que não é especificamente brasileiro, foi constatada. Entre os professores do *survey*/SOCED 2009 da rede pública, 72% são do sexo

feminino. Na rede privada este percentual é um pouco menor, encontramos 60% de professores do sexo feminino.

**Tabela 3 – Sexo dos professores das duas redes**

Sexo	Escolas pesquisadas da rede pública		Escolas pesquisadas da rede privada	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Masculino	24	28%	61	40%
Feminino	62	72%	92	60%
<b>TOTAL<sup>18</sup></b>	<b>86</b>	<b>100%</b>	<b>153</b>	<b>100%</b>

Fonte: survey /SOCED 2009

A pesquisa realizada pela UNESCO (2009), em relação aos professores do Brasil, assinala sobre essa questão:

*“No que tange ao sexo do grupo, como é de conhecimento, a categoria dos professores é majoritariamente feminina (segundo a Pnad 2006, 83,1% versus 16,9% do sexo masculino), apresentando algumas variações internas conforme o nível de ensino. É assim que a quase totalidade dos docentes na educação infantil (98%) é de mulheres, prosseguindo com uma taxa de 88,3% no ensino fundamental como um todo e atingindo aí 93% entre os professores de 1ª a 4ª séries com formação de nível superior. No ensino médio, por sua vez, são encontradas as maiores proporções de docentes do sexo masculino entre todas as demais modalidades da educação básica: 33% versus 67% do feminino.”*

Para tornar mais clara essa tendência, o estudo da UNESCO (2004) traz uma comparação com os trabalhadores ativos da sociedade brasileira: são 53,13% de homens contra 41,86% de mulheres. O campo docente, portanto, ainda é dominado pelo sexo feminino. Conforme o nível de ensino vai aumentando (ensino médio e ensino superior) a presença masculina também cresce<sup>19</sup>.

Como ressalta Lelis (2001), acima de qualquer outra profissão, o magistério tem sido historicamente associado ao dom ou à aptidão natural das

<sup>18</sup>O total de questionários respondidos pelos professores das escolas da rede pública foi de **89** e o total de professores respondentes da rede privada foi de **171**, mas nas tabelas que ilustram o trabalho optamos por colocar apenas o **total de respostas válidas** em cada um dos setores investigados. Não foram demonstrados nas tabelas os totais de respostas nulas e brancas

<sup>19</sup> Esta tendência já havia sido confirmada há mais de 10 anos, segundo trabalho realizado pelo INEP (1999) a partir dos dados do SAEB de 1997.

mulheres, sendo a escolha da profissão explicada pela oportunidade que a mulher encontraria para pôr em prática habilidades aprendidas desde o seu nascimento. Na verdade, o conceito de feminização do magistério não se refere apenas à participação maciça de mulheres nos quadros docentes, mas também à adequação do magistério às características associadas tradicionalmente ao feminino, como o cuidado.

Segundo Hypólito (1997) outra questão relevante é que a ocupação de professora está associada à ideia de vocação e a de que o magistério é também um “sacerdócio”, algo que se faz por amor ou filantropia. Tal ideia compromete e desqualifica a profissão que vem sendo muito desvalorizada, tanto social quanto economicamente. Tal realidade se verifica principalmente na deterioração dos salários e nas precárias condições de trabalho, deflagrando os aspectos contraditórios que cercam o magistério enquanto profissão, uma vez que, embora reconhecida em termos de discurso como de grande importância e relevância social, não se vê valorizada em termos de salário, condições de trabalho e carreira.

Como afirma Libâneo (2008- p.76-77)

*“É muito comum as autoridades governamentais fazerem autopromoção mediante discursos a favor da educação, alardeando que a educação é a prioridade, que os professores são importantes etc. No entanto, na prática, os governos têm sido incapazes de garantir a valorização salarial dos professores levando a uma degradação social e econômica da profissão.”*

Ao revisar a literatura sobre o tema, publicada entre 1990 e 1998 em periódicos especializados, André (2002) refere-se a autores que, ao refletirem sobre a identidade e a profissionalização do professor, fornecem elementos para pensar as razões dessa diferença entre o número de mulheres e o de homens no magistério. A autora localizou artigos centrados exclusivamente no tema sexo/gênero, que sublinham determinantes sociohistóricos que levam a esse predomínio da presença feminina.

No caso das escolas por nós pesquisadas, sendo a maioria dos professores respondentes atuantes de 6º ano/5ª série a 9º ano/8ª série, e por isso pertencentes ao Ensino Fundamental, o predomínio feminino corrobora o que a literatura vem afirmando sobre a questão do gênero no ensino fundamental.

No entanto, apesar da predominância feminina, observamos que esses percentuais são bem mais baixos do que o da média nacional para o ensino fundamental. Enquanto o percentual nacional de mulheres no magistério é de 88,3%, temos, em nossa pesquisa, 72% entre os professores do sistema público e 60% no sistema privado. Nossas escolas, portanto, possuem uma presença masculina mais significativa. Temos o percentual masculino de 28% entre os professores públicos e 40% entre os privados, enquanto a média nacional assinalada pela UNESCO é de 11,7%.

A raridade da presença masculina nas carreiras voltadas para o magistério pode ser compreendida, em parte, pelo crescente desprestígio da profissão, sobretudo em decorrência dos baixos salários. Os homens, tradicionalmente considerados provedores da família, tendem a procurar carreiras de maior prestígio e que oferecem maiores salários, fazendo com que a escolha do magistério se constitua em uma opção principalmente das mulheres.

Por termos, nas escolas pesquisadas, uma realidade que nos mostra uma tendência diferente, é possível supor que o fato de pertencerem a subsistemas<sup>20</sup> que oferecem salários melhores e muitas das vezes condições mais atraentes de trabalho dentro do sistema de ensino entre os nossos sujeitos de pesquisa, a presença masculina mais significativa indicaria um dos fatores que contribuem para o reconhecimento e o bom desempenho dessas instituições.

### 3.2 Média de idade e experiência docente

Em relação à idade, a média da faixa etária dos professores que compõem a nossa amostra apresenta-se acima dos **40 anos** nas duas redes de ensino. Esta média se distancia um pouco da média de idade de professores do Brasil, estando próxima a dos países da OCDE e de alguns países da União Europeia, como veremos a seguir.

Segundo os dados da pesquisa da UNESCO 2004, os dados do estudo apresentam como resultado uma média de idade dos docentes de 37,8 anos, o que, considerado o panorama internacional, coloca os professores brasileiros como

---

<sup>20</sup> Dentro do subsistema educacional privado, estamos tratando de escolas de prestígio que pagam salários bem acima da média e no caso da rede pública municipal de Rio de Janeiro, se comparada com a **rede estadual** do Rio de Janeiro e mesmo com a realidade de muitos outros municípios brasileiros, apresenta salários mais elevados.

relativamente mais jovens. A grande maioria dos docentes dos países pertencentes à Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e os de alguns países da União Europeia, por exemplo, têm mais de 40 anos de idade.

**Tabela 4 – Idades dos professores por rede de ensino**

Idades dos professores	Escolas pesquisadas da rede pública		Escolas pesquisadas da rede privada	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Até 24 anos	2	2,3%	1	0,6%
De 25 a 29 anos	3	3,4%	17	10,6%
De 30 a 39 anos	18	20,2%	38	23,8%
De 40 a 49 anos	37	41,5%	60	37,5%
De 50 ou mais	29	32,6%	44	27,5%
<b>TOTAL</b>	<b>89</b>	<b>100%</b>	<b>160</b>	<b>100%</b>

Fonte: *survey* /SOCED 2009

A tabela 4 aponta que 74,1% dos professores da rede pública e 65% dos professores das escolas privadas da nossa amostra têm mais de 40 anos de idade. Este dado apresenta uma singularidade do perfil docente das escolas de nossa pesquisa: a permanência na profissão indicando tempo de experiência no magistério. Tanto a permanência na profissão quanto a maior experiência são indicadores de situações que contribuem para a qualidade do trabalho profissional: permanência pode estar, como outros dados da nossa pesquisa, ligada à satisfação no trabalho; e maior experiência significa, em princípio, acúmulo de recursos para o desempenho no ofício.

Como foi dito na parte inicial do trabalho, a constante e gradativa desvalorização da carreira do magistério parece estar afastando os jovens mais preparados, fazendo com que escolham profissões mais valorizadas, financeira e simbolicamente.

Se a profissão já teve maior importância no passado, hoje é difícil atrair jovens talentos para a carreira. Os alunos que entram nos cursos de pedagogia são, em geral, aqueles com baixo desempenho no vestibular ou no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Estes alunos, futuros professores da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, são geralmente

provenientes de famílias com um baixo nível socioeconômico e com pais com baixa escolaridade.

Exemplificando o que foi dito anteriormente, a próxima tabela (nº 5) identifica entre os professores pesquisados pelo SOCED, a existência de um grupo experiente profissionalmente. A faixa de tempo predominante em que estão na profissão, nas duas redes, é aquela que indica mais de **20 anos** (36,4% dos professores da rede pública e 43,8% da rede privada). Esta faixa é seguida por aquela que indica de **16 a 20** anos de magistério, faixa essa, que se for somada à seguinte, verificaremos que cerca de 60% dos professores investigados por nós, das duas redes, estão na profissão há pelo menos 16 anos.

**Tabela 5 – Tempo de trabalho dos professores por rede de ensino**

<b>Tempo de trabalho</b>	<b>Escolas pesquisadas da rede pública</b>		<b>Escolas pesquisadas da rede privada</b>	
Há menos de 1 ano	2	2,5%	0	0,0%
De 1 a 5 anos	5	5,6%	11	6,8%
De 6 a 9 anos	8	9,0%	28	17,3%
De 10 a 15 anos	18	20,4%	27	16,7%
De 16 a 20 anos	23	26,1%	25	15,4%
Há mais de 20 anos	32	36,4%	71	43,8%
<b>TOTAL</b>	<b>88</b>	<b>100%</b>	<b>162</b>	<b>100%</b>

Fonte: *survey*/SOCED 2009

A experiência desses profissionais é, sem dúvida, mais um dos fatores que podem estar contribuindo para o bom desempenho dessas escolas.

Comparando o tempo de experiência docente dos professores do *survey*/SOCED com os professores brasileiros, verificamos que são mais experientes, estão há mais tempo na profissão, pois conforme relatório da pesquisa UNESCO (2004), “a maioria dos docentes (27%) declara ter entre seis e dez anos de serviço, enquanto 8,9% têm mais de 25 anos de profissão.”

Como é possível observar na tabela nº6, a seguir, o tempo de permanência nas escolas pesquisadas é relativamente alto nos dois grupos de professores, sendo

maior na rede privada, com 42,6% trabalhando na escola há 10 anos ou mais, e 35,1% dos professores públicos com o mesmo tempo de trabalho.

**Tabela 6– Tempo de trabalho na escola investigada por rede de ensino**

Tempo de trabalho na escola investigada	Escolas pesquisadas da rede pública		Escolas pesquisadas da rede privada	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Há menos de 1 ano	11	12,5%	18	11,1%
De 1 a 5 anos	28	31,9%	48	29,6%
De 6 a 9 anos	18	20,5%	27	16,7%
De 10 a 15 anos	23	26,1%	19	11,7%
De 16 a 20 anos	4	4,5%	17	10,5%
Há mais de 20 anos	4	4,5%	33	20,4%
<b>TOTAL</b>	<b>88</b>	<b>100%</b>	<b>162</b>	<b>100%</b>

Fonte: survey /SOCED 2009

De acordo com Souza, Gouveia e Damaso (2010 – p.41):

*“... a experiência tende a forjar melhores profissionais docentes. Isto pode representar um incremento nas condições de qualidade, seja pelo contato direto de alunos com profissionais que já acumularam uma trajetória que os qualifica para enfrentar desafios, seja porque potencializa um amadurecimento das ações pedagógicas, dado o teste do tempo pelo qual elas (por meio dos docentes) já passaram.”*

Segundo Brandão, Carvalho e Cazelli (2005), um tempo de maior de permanência do profissional na escola pode indicar uma satisfação profissional<sup>21</sup> pessoal e condições favoráveis de trabalho nas escolas pesquisadas.

Casassus (2007) ressalta que existe, documentada na literatura, uma relação positiva entre o estado de satisfação do docente e o bom desempenho dos alunos assim como o inverso também ocorreria, professores insatisfeitos e desempenhos mais baixos de seus alunos.

<sup>21</sup>Sendo o magistério um dos poucos setores do mercado de trabalho em que não há escassez de vagas, a permanência no mesmo emprego pode ser tomada como um indicador de satisfação no trabalho

Vasconcellos (2002 - p.310)<sup>22</sup>, ao referir-se aos autores Tardiff e Lessard, afirma:

*“os autores mostram que a atividade dos professores é um exercício profissional complexo, composto, na realidade, de várias atividades pouco visíveis socialmente. A experiência constitui a expressão de aprendizagem profissional e, pelo contato diário com os alunos e os colegas, torna-se o modo de adquirir competências profissionais que se traduzem no perfil do “bom professor”.*

### 3.3 Cor/raça

No tocante à raça/cor, ao serem perguntados, a maioria dos professores das duas redes declarou-se branco, como verificaremos na tabela nº7.

**Tabela nº 7 – Cor/raça**

Cor	Escolas pesquisadas da rede pública		Escolas pesquisadas da rede privada	
	Branco	58	67,4%	128
Não branco	28	32,6%	23	15,2%
<b>TOTAL</b>	<b>86</b>	<b>100%</b>	<b>151</b>	<b>100%</b>

Fonte: survey /SOCED 2009

Mais uma vez os dados estão em consonância com a pesquisa da UNESCO (2009) *“Em termos de raça/cor, a maioria (61,3%) dos docentes se autot classificou como brancos e 38,7% como não-brancos, conjunto em que predominam os pardos.”*

No questionário do survey SOCED os professores que se declararam brancos também são maioria nas duas redes. Entretanto encontramos, em nossa investigação, um percentual de não-brancos maior entre os professores da rede pública: (30,3% dos professores da rede pública e 15,3% dos professores da rede privada).

<sup>22</sup> Resenha do livro de Maurice Tardif & Claude Lessard, *Le travail enseignant au quotidien. Expérience, interactions humaines et dilemmes professionnels* (Bruxelles: De Boeck Université, 1999. 575p.).

O estudo realizado pela UNESCO (2009) aponta a importância da profissão docente para a inserção profissional de pretos e pardos, particularmente por meio da educação infantil e do ensino fundamental, pois 42% dos docentes de cada uma dessas modalidades se classificaram como não-brancos.

Os dados de nossa pesquisa indicam que a inserção profissional de não-brancos é maior na escola pública, provavelmente porque o ingresso é feito a partir de concurso, diferentemente do que ocorre nas escolas privadas.

Outras pesquisas confirmam este dado e vão mais além, segundo Teixeira (2006), devido à exigência de concurso público o ingresso à carreira do magistério está aberto a todos os professores, independentemente de raça ou cor. A questão que se apresenta, segundo autora, é a seguinte: a ascensão profissional estará disponível da mesma maneira a todos os professores? Constatam, assim como vimos na pesquisa da UNESCO, que os professores negros e pardos concentram-se nas séries iniciais do Ensino Fundamental, ocupações pior remuneradas e menos prestigiadas socialmente.

### 3.4 Nível socioeconômico

Segundo a UNESCO (2004), 65,5% dos professores brasileiros possuem renda familiar entre dois e dez salários mínimos e 36,6% possuem entre cinco e dez. No caso da nossa pesquisa, há uma concentração de professores de renda familiar mais elevada nas escolas privadas. Esse percentual, no Brasil, atinge 43,5%, se somadas as faixas de 10 a 20 salários mínimos e mais de 20 salários. Na escola pública, para essas mesmas faixas salariais, o índice é de 27%.

Ao compararmos desta vez a renda familiar dos professores das redes pública e privada da pesquisa SOCED, observamos a mesma situação. Ao analisarmos a tabela nº 8, verificamos que a maioria dos professores da rede pública, na época da aplicação do questionário, pertencia às famílias cuja renda situava-se na faixa compreendida entre R\$ 3.176,00 e R\$ 4.083,00. A maioria dos professores do setor privado, por sua vez, pertencia à faixa de renda que vai de R\$ 4.537,00 até R\$ 9.050,00.

Enquanto 36% dos professores públicos tinham, à época da aplicação do questionário, renda familiar **acima de R\$ 4.537,00** (o que correspondia, na

época, a mais ou menos nove salários mínimos e meio) o percentual de professores da rede privada nesta mesma faixa salarial era de 84%.

**Tabela 8 – Renda familiar dos professores por rede de ensino<sup>23</sup>**

Renda familiar	Percentuais do salário mínimo	Escolas pesquisadas da rede pública		Escolas pesquisadas da rede privada	
Até R\$ 1.361,00	Até 2,9 salários mínimos	1	1,3%	1	0,7%
De R\$ 1.362,00 até R\$ 2.772,00	De 2,9 até 5,9 salários mínimos	7	8,7%	1	0,7%
De R\$ 2.773,00 até R\$ 3.175,00	De 5,9 e 6,8 salários mínimos	13	16,3%	2	1,3%
De R\$ 3.176,00 a R\$ 4.536,00	De 6,8 até 9,8 salários mínimos	30	37,5%	21	13,4%
De R\$ 4.537,00 até R\$ 9.050,00	De 9,8 até 19,5 salários mínimos	17	21,2%	71	45,5%
De R\$ 9.051 até R\$ 13.400,00	De 19,5 até 28,8 salários mínimos	7	8,7%	42	26,9%
Acima de R\$ 13.401,00	Acima de 28,8 salários mínimos	5	6,3%	18	11,5%
<b>TOTAL</b>		<b>89</b>	<b>100%</b>	<b>171</b>	<b>100%</b>

Para efeito comparativo, identificamos, na tabela que se segue, a renda familiar dos professores brasileiros indicada por quantidade de salários mínimos e separados também pelas redes pública e privada, a partir do estudo feito pela UNESCO(2004).

<sup>23</sup> Na época da aplicação dos questionários o valor do salário mínimo nacional era de R\$465, por sua vez, as faixas de renda familiar estabelecidas pelo SOCED levaram em conta a média do piso salarial dos professores das duas redes de ensino em 2008. Para efeito de comparação com os dados da UNESCO, analisaremos as faixas da **tabela 8** a partir do salário mínimo vigente no Brasil em 2009.

**Tabela 9 – Proporção de professores brasileiros, por dependência administrativa, de acordo com a renda familiar mensal – 2002**

Renda familiar mensal	Dependência administrativa		Total
	Pública	Privada	
Até dois salários mínimos	4,9%	3,0%	4,6%
Mais de 2 a 5 salários mínimos	30,3%	21,9%	28,8%
Mais de 5 a 10 salários mínimos	37,8%	31,6%	36,7%
Mais de 10 a 20 salários mínimos	22,7%	29,2%	23,9%
Mais de 20 salários mínimos	4,3%	14,3%	6,1%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: UNESCO, Pesquisa de Professores, 2002

Comparando as tabelas, observamos que da mesma forma que acontece com os docentes da nossa pesquisa, a renda familiar dos professores brasileiros da rede privada, em geral, também é mais alta do que a dos docentes da rede pública (43,5% dos professores da rede privada têm renda acima de 10 salários mínimos em comparação com 27% dos professores da rede pública).

Os professores investigados pelo SOCED situam-se em níveis mais elevados de renda familiar se comparados com os professores do Brasil, mas entre os professores das duas redes de ensino da nossa amostra há uma diferença percentual de renda maior do que a encontrada entre as dependências pública e privada no Brasil em geral. Por exemplo, entre os professores brasileiros o percentual que ganha mais de 10 salários mínimos é de 27% entre os professores da rede pública e de 43,3% entre os da rede privada. No caso dos professores da pesquisa SOCED, encontramos um percentual de 36,2% de docentes da rede pública que ganham acima de 9,8 salários mínimos e 83,9% de professores da rede privada.

A pesquisa UNESCO (2004) relata que, a despeito da desvalorização da profissão docente, refletida, de um modo geral, nos baixos salários, a renda familiar dos professores é sensivelmente superior à da média da população brasileira. De acordo com o IBGE, 51% dos brasileiros ocupados ganham até dois salários mínimos. Os dados da pesquisa revelam que 66% dos professores possuem renda familiar entre dois e dez salários mínimos e 37% entre cinco e dez.

Desta forma, verificamos que os professores investigados pela nossa pesquisa, especialmente os das escolas privadas, encontram-se em uma faixa de

renda familiar bem acima da média brasileira. Estes índices situam indiscutivelmente este grupo entre os níveis mais elevados da camada socioeconômica do país.

Quando analisamos os ganhos do professor isoladamente, a despeito da renda familiar, a superioridade salarial dos professores da rede privada é grande. È importante ressaltar mais uma vez que os professores desta dependência administrativa de nossa pesquisa são professores de instituições de prestígio na cidade do Rio de Janeiro, que significa normalmente uma distância desses docentes em relação à maioria de seus pares no Brasil. Cabe ressaltar, no entanto, que esta não é a realidade da maioria das escolas privadas, pois sob esse título, encontramos uma enorme disparidade de realidades, escolas muito diferentes quanto às condições de trabalho, propostas pedagógicas e especialmente salários pagos aos professores.

Em sua atual pesquisa, Lellis *et al* (2010) investigam estabelecimentos particulares que “situam-se entre as escolas da rede pública (municipal, estadual e federal) e os estabelecimentos particulares considerados de excelência e destinados às camadas mais altas da sociedade”. Estas escolas, não pertencendo a nenhum desses dois grupos, atende aos setores populares e, por isso, apresentam características específicas e distintas daquelas consideradas comuns aos estabelecimentos privados. Segundo Lellis (*Ibid.*) na primeira escola investigada por sua pesquisa, os docentes do 6º ao 9º ano, caracterizados pela direção da escola como “diaristas”, situam-se na faixa salarial entre R\$500,00 e R\$1500,00, e a maioria afirma - dado levantado pelo questionário - ganhar abaixo da média da categoria de professores, tendo apenas 25% afirmado auferir salários na média dessa categoria. Os docentes investigados pela pesquisa acima citada, comparados aos professores da pesquisa SOCED, encontram-se em situação salarial bastante inferior, tanto da rede privada, a qual fazem parte, quanto da rede pública municipal do Rio de Janeiro.

Na tabela 10 apresentamos uma comparação entre os **salários** dos professores das duas dependências administrativas pesquisadas por nós. Além de ser possível verificar a condição salarial desse grupo de professores, observamos também diferenças entre as duas redes. Enquanto **15%** dos professores da rede pública auferiam salários, na época da aplicação do questionário, acima de R\$4.084,00, **69%** dos professores da rede privada estavam nesta condição.

A boa condição salarial encontrada entre as escolas privadas investigadas pelo *survey*/SOCED indica que este grupo de professores faz parte, sem dúvida, de uma minoria privilegiada da profissão.

**Tabela 10 – Salário bruto dos professores por rede de ensino**

Salário bruto como professor	Escolas pesquisadas da rede pública		Escolas pesquisadas da rede privada	
Até R\$ 1.361,00	3	3,4%	2	1,3%
De R\$ 1.362,00 até R\$ 2.772,00	27	30,6%	13	8,2%
De R\$ 2.773,00 até R\$ 3.175,00	16	18,2%	11	6,8%
De R\$ 3.176,00 a R\$ 4.083,00	29	33,0%	23	14,5%
De R\$ 4.084,00 até R\$ 4.536,00	7	8,0%	16	10,1%
Acima de R\$ 4.537,00	6	6,8%	94	59,1%
<b>TOTAL</b>	<b>88</b>	<b>100%</b>	<b>159</b>	<b>100%</b>

Fonte: *survey*/SOCED 2009

A próxima tabela (nº 11) evidencia a representação que os docentes pesquisados têm da sua renda comparada com o mercado de trabalho como um todo. Mais uma vez encontramos diferenças relevantes entre profissionais das duas redes de ensino. O percentual de professores da rede privada que considera sua renda acima da média, em relação ao mercado de trabalho, é de 66%, enquanto que entre os professores do setor público é de apenas 5,8%. Esta diferença certamente está indicando a importância de relativizar a comparação do contexto de trabalho nos dois subsistemas investigados.

**Tabela 11 – Percepções dos professores acerca da própria renda**

Renda comparada	Escolas pesquisadas da rede pública		Escolas pesquisadas da rede privada	
Acima da média	5	5,8%	104	66,2%
Na média	56	65,1%	48	30,6%
Abaixo da média	25	29,1%	5	3,2%
<b>TOTAL</b>	<b>86</b>	<b>100%</b>	<b>157</b>	<b>100%</b>

Fonte: *survey*/SOCED 2009

Sabemos, a partir de diferentes estudos, que a questão salarial, isoladamente, não tem efeitos determinantes sobre a qualidade do ensino. Por exemplo, podemos ressaltar o que trazem Franco e Bonamino (2004) sobre o tema, quando os mesmos afirmam que “*os achados relacionados com formação e salário docente são esparsos, a magnitude dos efeitos é relativamente pequena e a significância estatística dos achados pode não ser tão robusta*”.

Para Casassus (2007 p.123), o impacto do salário não está diretamente ligado a uma quantidade específica de dinheiro. Seria um erro focar essa questão como se fosse fundamentalmente um assunto quantitativo. Ele afirma que “...não se trata de dizer o docente deve receber como salário de base um montante equivalente a US\$ 1.000 ou o docente deve ganhar mais que o engenheiro por hora trabalhada.”

O salário é apenas uma das variáveis que contribui para a maior ou menor satisfação do trabalhador, e a satisfação é um dos fatores que atua positivamente sobre as condições do trabalho docente.

De acordo com Demo (2008)

*“Apesar de a aprendizagem do aluno não acompanhar melhorias salariais – não conseguimos ainda mostrar esta vinculação fundamental, ainda que nunca linear, automática – é crucial defender a qualidade de vida docente, em nome de sua dignidade social”.*

Demo (*Ibid.*) afirma que não é possível vincular mecanicamente salário docente e aprendizagem discente, porque esta relação não é linear, apesar de muitos acreditarem que se o professor ganha mais, o aluno teria que aprender melhor. Mas na verdade esta é uma questão de extrema complexidade.

Desta forma, os salários dos professores, especialmente na rede pública, podem estar mais relacionados ao tempo de serviço e à formação acadêmica do que com a capacidade do professor em fazer os alunos aprenderem - “efeito-professor”. É importante ressaltar que aspectos como salário e formação acadêmica não devem ser analisados isoladamente como produtores de qualidade de ensino, por isso analisaremos, no decorrer do trabalho, outros dados que, aliados a este, contribuem para experiências pedagógicas de sucesso.

### 3.5 Número de escolas e jornada de trabalho

O *survey* SOCED indica que somente 30% do corpo docente, incluindo as duas redes de ensino, trabalham *apenas na escola* pesquisada, mas mesmo auferindo salários elevados nossos dados revelam que 40% dos professores da rede privada trabalham em *duas escolas*, o mesmo ocorrendo com 47% dos professores das escolas públicas, sendo que muitos dos que atuam na rede privada também o fazem na rede pública. Cabe destacar ainda que temos cerca de 20% dos professores dos dois grupos atuando em *três escolas* e por volta de 6% em *quatro ou mais escolas*.

**Tabela 12 – Número de escolas em que trabalham**

Em quantas escolas você trabalha?	Escolas pesquisadas da rede pública		Escolas pesquisadas da rede privada	
	Apenas nesta escola	25	28,1%	55
Em duas escolas	42	47,2%	65	39,9%
Em três escolas	17	19,1%	33	20,3%
Em quatro escolas ou mais	5	5,6%	10	6,1%
<b>TOTAL</b>	<b>89</b>	<b>100%</b>	<b>163</b>	<b>100%</b>

Fonte: *survey* /SOCED 2009

Estes percentuais encontram-se acima da média nacional, pois de acordo como levantamento realizado pela UNESCO (2004), a maioria dos professores afirma trabalhar em apenas *uma escola*, 58,5%. Os que trabalham em *duas escolas* são 32,2% e os que trabalham em *três escolas* somam apenas 6,3%. Esta diferença explica-se por estarmos tratando de professores que atuam no Ensino Fundamental II e por isso sua carga horária, excetuando-se em geral apenas os professores de Língua Portuguesa e Matemática, em cada uma das escolas geralmente não é grande.

Ao analisarmos número de escolas em que trabalham e também o número de horas-aula desses professores (tabela nº 13), dois dados surpreendentes merecem ser destacados, eles se referem à elevada carga-horária dos professores

(mais ou menos a metade dos docentes das duas redes trabalham mais de 30 horas-aula semanais) e aos múltiplos vínculos institucionais ainda presentes entre esses docentes. Não podemos deixar de levar em conta também, no caso do exercício da profissão docente, o tempo gasto com o trabalho extraclasse, destinado ao planejamento das aulas, elaboração e correção de exercícios, testes e provas. Este tempo redimensiona a jornada semanal de trabalho do docente. Segundo Brandão *et al* (2005) por estarmos tratando de escolas consideradas como as melhores do município do Rio de Janeiro, a carga horária do professor é um dos indicadores do quanto a carreira do magistério, entre nós, se distancia dos padrões internacionais de qualidade de ensino.

Apesar desta elevada carga de trabalho e da quantidade de escolas, os professores investigados pelo SOCED de acordo com os padrões das avaliações nacionais, lecionam em escolas que apresentam os melhores resultados tanto no setor privado como no público municipal da cidade do Rio de Janeiro. O “bom” professor, mesmo quando comprometido com elevada carga de trabalho, demonstra empenho e dedicação às aulas e atenção aos alunos, independentemente da rede em que está inserido.

É possível relacionar esses professores aos achados de Boing (2008) em sua pesquisa sobre a trajetória de professores itinerantes (aqueles que trabalham em diferentes instituições e se locomovem durante o dia entre bairros diferentes). Boing afirma, “em princípio, a quantidade de horas semanais fez-me pensar que seria um fator a acentuar a itinerância. Mas este aspecto se mostrou menos decisivo do que as características muito diferentes de cada escola e cada turma”, residindo aí o maior desafio enfrentado por esses professores. Os professores itinerantes observados eram considerados por seus superiores “bons professores” e apresentavam grande proximidade com seus alunos. São professores queridos pelas turmas e que fazem da sala de aula um momento de prazer, independentemente da turma, série ou escola. Boing (*Ibid*) cita o exemplo do professor que foi acompanhado por ele por duas semanas durante todo o seu dia de trabalho, nas cinco escolas diferentes em que trabalhava, esse era o João, professor de Geografia. O autor conclui depois de tão minuciosa observação: “Sobressai a figura do professor. Ele é o mesmo “João” em todos os lugares”.

### 13 – Número de horas-aula ministradas semanalmente

Número de horas-aula ministradas pelo professor semanalmente	Escolas pesquisadas da rede pública		Escolas pesquisadas da rede privada	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Menos de 16 horas-aula	12	13,5%	16	9,9 %
De 17 a 23 horas-aula	9	10,1%	21	13,1%
De 24 a 30 horas-aula	20	22,5%	44	27,3%
Mais de 30 horas-aula	48	53,9%	80	49,7%
<b>TOTAL</b>	<b>89</b>	<b>100%</b>	<b>161</b>	<b>100%</b>

Fonte: survey /SOCED 2009

É inegável que um trabalho de mais de 30 horas-aulas semanais exigindo vários deslocamentos incluindo, muitas vezes, trajetos longos para diferentes instituições, numa cidade cuja circulação no trânsito é desgastante nos horários que coincidem com os escolares, certamente não representa uma prática adequada ao bom rendimento dos professores, mesmo quando são experientes e bem qualificados como os de nossa amostra. Além dessa carga excessiva de horas/aula, a multiplicação de número de turmas e de alunos sobrecarrega a maioria desses docentes. Muitos dos professores da rede privada são ou já foram professores (66,3%) também da rede pública (municipal ou estadual). É pertinente ressaltar que isso se dá em virtude da falta de políticas públicas que garantam a fixação dos professores experientes e qualificados nessas redes a partir de uma carreira estruturada e valorizada. (Brandão *et al*, 2005)

### 3.6 Formação profissional

Todos os docentes da nossa pesquisa possuem graduação e além disso 74,2% de professores da rede privada e 63% da rede pública cursaram algum tipo de pós-graduação (*lato sensu* ou *stricto sensu*).

Em relação aos cursos de pós-graduação, encontramos algumas diferenças. A grande maioria dos professores dos dois grupos possui especialização (mínimo de 360 hs), mas o percentual de professores do setor privado com mestrado e doutorado (pós-graduação *stricto sensu*) é o dobro do número dos públicos.

Entretanto, é importante ressaltar que os elevados percentuais de especialização indicam, em princípio, uma qualificação mais ligada às práticas pedagógicas do que os graus de mestrado e doutorado, no caso dos profissionais dedicados ao magistério<sup>24</sup>. O impacto das pós-graduações lato senso sobre a qualidade do trabalho realizado em sala de aula mostrar-se-ia, em princípio, mais efetivo, pois está mais voltado para a atualização e o aperfeiçoamento das práticas educativas. Seria este mais um fator que colaboraria diretamente para a qualidade do trabalho dos professores por nós pesquisados.

De acordo com os resultados da análise dos dados do SAEB (2001) feita pelo INEP, quanto maior a escolaridade do professor, maior a média alcançada pelos alunos nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa. Esse aumento na média dos alunos é mais acentuado quando os professores possuem curso superior com licenciatura em Letras ou Matemática, o que se justifica uma vez que estas foram as disciplinas avaliadas pelo SAEB. (INEP, 2003)

**Tabela 14– Modalidade do curso de pós-graduação de mais alta titulação, por rede de ensino.**

Modalidade do curso de pós-graduação de mais alta titulação	Escolas pesquisadas da rede pública		Escolas pesquisadas da rede privada	
Não fez pós-graduação	32	36,4%	30	19,1%
Atualização (mínimo de 180 horas)	13	14,8%	13	8,3%
Especialização (mínimo de 360 horas)	33	37,5%	65	41,4%
Mestrado	9	10,2%	45	28,7%
Doutorado	1	1,1%	4	2,5%
<b>TOTAL</b>	<b>88</b>	<b>100%</b>	<b>157</b>	<b>100%</b>

Fonte: survey /SOCED 2009

As pesquisas empreendidas pela UNESCO só trazem informações sobre formação em nível de graduação, não fazendo referência aos cursos de pós-graduação. Em relação à graduação, aproximadamente 72% dos professores

<sup>24</sup>É reconhecida a ênfase acadêmica dos cursos de mestrado e doutorado, bem mais voltados para a formação de pesquisadores do que de professores nos bons Programas de Pós- Graduação em Educação no Brasil.

brasileiros da educação básica, segundo a última a pesquisa de 2009<sup>25</sup>, possuem ensino superior. Cabe destacar que 28% desses professores, percentual significativo, não possuem curso superior. No caso da pesquisa SOCED, vale a pena ressaltar mais uma vez que todos os professores investigados possuem graduação e 63% dos professores da rede pública e 80% dos professores da rede privada ainda possuem algum tipo de pós-graduação.

De acordo com o Estudo exploratório sobre o professor brasileiro INEP/MEC 2007, no que se refere à escolaridade dos professores da educação básica, os dados revelam um total de 1.288.688 docentes com nível superior completo, que correspondem a 68,4% da totalidade dos docentes<sup>26</sup>. Dentre estes com graduação, 1.160.811 (90%) possuem licenciatura – formação recomendada para a atuação na educação básica, segundo a legislação educacional vigente<sup>27</sup>

### **3.7 Hábitos de leitura**

O questionário do SOCED aplicado aos professores traz perguntas sobre os hábitos culturais de leitura. Os professores tiveram espaço para indicar a quantidade de livros lidos por eles no último ano, possibilitando uma exploração inicial acerca de seus hábitos de leitura. A maioria dos professores das duas redes, em torno de 30%, declarou ter lido de *quatro a seis livros* de literatura no último ano. Ainda temos, na rede pública, 29,2% de professores que leem *sete ou mais* livros por ano e 27,3% dos professores da rede privada fazem o mesmo. Somando-se as duas faixas temos cerca de 60% dos professores de nossa amostra, nos dois subcampos educacionais, que afirmam ler mais de 4 livros de literatura por ano.

---

<sup>25</sup>Os dados utilizados na pesquisa UNESCO 2009 foram retirados do MEC/Inep, Censo Escolar da Educação Básica 2006.

<sup>26</sup> Para calcular essa informação, o professor foi contado apenas uma vez, independentemente do número de turmas e de escolas em que leciona.

<sup>27</sup>LDB, Art. 62 – A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal

São, portanto, professores que possuem a prática da leitura como uma das formas de lazer e entretenimento, pois suas leituras vão além das publicações específicas de suas áreas de atuação, ou seja, são leitores!

A influência desse fato para a qualidade do trabalho desenvolvido com os alunos é inegável. Professores leitores certamente terão mais possibilidade de influenciar e incentivar a leitura de seus alunos além, é claro, de possuírem maior capital cultural o que pode ajudar a melhorar a qualidade de suas aulas, ampliando as referências e exemplificações em relação ao que ensina com base em seu capital cultural.

**Tabela 15 – Quantidade de livros lidos no último ano**

Nos últimos doze meses você leu quantos livros de literatura em geral?	Escolas pesquisadas da rede pública		Escolas pesquisadas da rede privada	
Nenhum	5	5,6%	3	1,9%
Um	2	2,3%	12	7,5%
Dois a três	29	32,6%	48	29,8%
Quatro a Seis	27	30,3%	54	33,5%
Sete ou mais	26	29,2%	44	27,3%
<b>TOTAL</b>	<b>89</b>	<b>100%</b>	<b>161</b>	<b>100%</b>

Fonte: survey /SOCED 2009

A pesquisa da UNESCO (2004) não traz informações sobre leitura de livros, mas diz que dos professores brasileiros, 40,8% afirmam ler jornal *todos os dias* e 22,6% o fazem entre *3 e 4 vezes* por semana. Por sua vez, 23,5% dos professores declaram que leem jornal *1 ou 2 vezes por semana*, 9,5% que leem *a cada 15 dias* e 3,7% que não leem jornal *nunca* e dada a importância do mesmo como agente de informação, estes percentuais nos parecem baixos.

Observamos que os percentuais relativos ao hábito declarado da leitura de jornais, fonte de informação e atualização de importância reconhecida, estão um pouco mais elevados entre os professores de nossa amostra (tabela nº 16), mas

mesmo assim não se distanciam muito dos percentuais dos professores brasileiros em geral. Apesar de reconhecerem-se como leitores, no tocante à leitura específica de jornais, os percentuais podem causar surpresa e inquietação no que diz respeito à informação e atualização desses docentes, mesmo levando-se em conta a existência de outras fontes como revistas semanais, TV e internet, ainda assim o jornal se mantém como um importante veículo de atualização.

**Tabela 16 – Frequência de leitura de jornais**

Com que frequência você lê jornal?	Escolas pesquisadas da rede pública		Escolas pesquisadas da rede privada	
Diariamente	40	46,5%	80	50,6%
Uma a três vezes por semana	19	22,1%	48	30,3%
Nos fins de semana	24	27,9%	28	17,8%
Nunca	3	3,5%	2	1,3%
<b>TOTAL</b>	<b>89</b>	<b>100%</b>	<b>171</b>	<b>100%</b>

Fonte: *survey* /SOCED 2009

É relevante ressaltar que, de acordo com as autoras Brandão e Martinez (2006), são os hábitos de leitura, importantes indicadores de capital informacional, que por sua vez colaboram na constituição do capital cultural.

Após a comparação com a totalidade dos professores brasileiros encontramos algumas características entre os professores de nossa amostra que os diferenciam dos demais. No caso da análise dos perfis dos docentes das escolas investigadas (públicas e privadas), verificamos que não diferem muito entre eles. Os perfis dos professores das escolas que vêm alcançando bons resultados nas avaliações oficiais apresentam várias coincidências quanto ao tempo de trabalho na escola, experiência profissional, formação ou práticas sociais.

Esta análise nos traz, muito provisoriamente, características de professores das escolas que vêm alcançando resultados positivos nas avaliações, ou seja, professores envolvidos com trabalho que produz qualidade em educação. Quando percebemos, ao final dessa análise, que os professores investigados pelo *survey*,

sejam da rede privada ou da rede pública municipal, não apresentam características muito divergentes entre eles, levantamos a hipótese de que seria possível questionar, ao menos em algumas escolas, a ideia da inferioridade do setor público, ideia esta tão difundida entre nós, seja nos meios educacionais ou não.

No próximo capítulo buscaremos uma caracterização das famílias dos alunos, as diferenças socioeconômicas entre os estudantes da rede privada e pública de nossa amostra e, dialogando com Bourdieu, trazer a relação do capital cultural dos educandos com o sucesso escolar.